



**continuação da capa**

festos em que pede a reformulação do processo eleitoral, segundo eles caracterizado por “componentes ritualísticos e cartoriais”. A proposta inclui a eliminação do segundo turno e a ampliação do colégio eleitoral naquele que passaria a ser o turno único. A idéia é que os atuais candidatos se comprometam com as mudanças, a serem implantadas em 2010, para vigorar na sucessão eleitoral de 2014.

Um outro grupo de professores, do campus de Ribeirão Preto, lançou outro manifesto, aberto a adesões (em [manifestoestatutousp@gmail.com](mailto:manifestoestatutousp@gmail.com)), o qual, além de criticar incisivamente a reforma da carreira, considera que o atual Estatuto “determina uma estrutura de poder alienante”, da qual decorrem “decisões geradas por acordos de pequenos grupos”. Para eles, a composição dos colegiados da USP, em especial o Conselho Universitário, é “pouco representativa”, a escolha de dirigentes inadequada, e não se pode esperar “que parta da atual estrutura de poder da Universidade a iniciativa de promover uma mudança significativa de modelo”.

“Os docentes que aderem a essa manifestação”, diz o texto, “propõem a convocação de um Colegiado para Revisão do Estatuto, constituído por delegados eleitos em cada Unidade, em número proporcional ao de seus docentes. Obedecendo a proporção determinada pelo Artigo 56, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9.394/1996, este colegiado deveria ser constituído por docentes (70%) eleitos pelos colégios que indicam os diretores, mantida a representação de todas as categorias e por alunos (15%) e funcionários (15%), eleitos por seus pares”.

A Adusp realizará assembleia no próximo dia 13/8, na qual tratará do tema democratização da USP.

**CARTA**

## “Não fiz nenhuma ameaça”, diz diretora do IP

“**O** *Informativo Adusp* 288 publicou a reportagem ‘No IP, comunidade reage ao autoritarismo’, dizendo ter solicitado opinião da Diretora a respeito do abaixo-assinado de docentes, funcionários e estudantes, sem que tivesse obtido resposta até o momento de fechamento da edição. A reportagem não informa que essa pergunta foi mandada às 17:52 h da véspera do fechamento da edição (7/7/09) dando um prazo até às 16 h do dia do fechamento (8/7/09). Não respondi porque não tive tempo. Envio agora os meus comentários e solicito sua publicação integral, no espírito do direito de resposta e garantia da liberdade de expressão:

*1. Por que razão a sra. está exigindo a retratação dos estudantes?*

O jornalista com certeza leu minha resposta a essa pergunta, pois cita algumas de suas partes na reportagem. Bastava transcrevê-la. Aceitar a Carta à Diretora seria admitir seus termos como parte natural do debate acadêmico. Note que a Carta não foi um discurso proferido improvisadamente no meio de uma discussão. Foi escrita, certamente discutida, submetida à votação numa assembleia, aprovada e entregue. Transcrevo aqui um documento [Manifestação de Docentes do IP em apoio e solidariedade à Diretora] que recebi de um conjunto de professores do IP para ajudar o leitor do *Informativo Adusp* a entender o assunto:

‘À Professora Emma Otta foi endereçada Carta à Diretora, de 17 de junho de 2009, assinada pela Assembleia dos Estudantes do IP.

Nossa Diretora sentiu-se atingida em sua dignidade pessoal e nas prerrogativas de seu cargo pelo conteúdo e pela forma desse documento, e recusou-se a recebê-la.

Entendemos e apoiamos sua decisão, oferecendo-lhe aqui o conforto moral de nossa solidariedade. O papel da Universidade não se completa apenas com a formação de intelectuais, cientistas, artistas, professores e profissionais. De igual ou maior valor é sua missão de promover a liberdade de pensamento e expressão, a qual deve exercer-se no exame, no debate, na crítica de qualquer assunto, qualquer idéia, qualquer instituição, norma, praxe, lei ou tradição. É evidente que tal exercício só se desenvolve na presença de um ambiente de confiança no qual não cabe o desrespeito à dignidade individual nem às prerrogativas de cargos e funções. A Carta à Diretora é inaceitável porque sai do plano ético necessário nas relações acadêmicas.

Em sua resposta, a Professora Emma Otta instou os estudantes a reconsiderar sua atitude, e essa é também a nossa expectativa. Reconsiderar a decisão que deu origem à carta será um gesto maduro e digno que dará lugar a uma confiança não só renovada como também fortalecida pelo próprio processo de reconsideração.’

Instituto de Psicologia, 8 de julho de 2009

*2. A Congregação saudou o diálogo com os estudantes quando estes apresentaram uma carta de protesto, e ainda aprovou a realização de uma sessão aberta em agosto, para discutir o processo de eleição de Reitor. Na reunião seguinte, porém, a Congregação voltou atrás e cancelou a sessão aberta. Como a sra. explica essa reviravolta?*

A pergunta deveria ser feita à Congregação. Não concordo com a idéia de fazer reuniões abertas à participação de pessoas que não façam parte da composição formal da Congregação. Funcionários e alunos têm representantes na Congregação; nada do que ali se discute ou decide é ‘fechado ou reservado’. A reunião do dia 22/06/2009 teve um caráter excepcional. Acho discutível a sua legitimidade, em face da flagrante irregularidade regimental.

*3. Ao ameaçar, na reunião da Congregação, “solicitar uma ordem judicial de intervenção policial”, a sra. não temeu uma eventual repetição das violências cometidas pela PM no dia 9 de junho?*

Sua pergunta está formulada de modo capcioso. Não fiz nenhuma ameaça. O contexto óbvio do que eu disse deixa claro que foi um comentário ilustrativo. O direito de discordar e expressar a discordância é inquestionável. Assim também é inquestionável o dever de respeitar as pessoas. É absolutamente inaceitável que se passe da argumentação à coerção. Fazer isso é atentar contra a convivência democrática. Sair do plano do debate para a ofensa moral é um ato de violência, é desprezar o direito de divergir. O significado do que eu disse, para quem souber ler, é exatamente esse: não é admissível o uso de coerção. A liberdade de expressão requer, como condição necessária, um ambiente democrático, totalmente livre do autoritarismo inerente à coerção.

*4. Docentes, funcionários e estudantes do IP assinaram um documento de protesto contra a reunião de diretores realizada na unidade em apoio à reitora Suely Vilela. O que a sra. tem a declarar sobre esse abaixo-assinado?*

Ele exprime as opiniões de seus signatários, assim como o documento dos diretores. Discordo da idéia de que os diretores não têm o direito de manifestar-se. A Assembleia da Adusp, falando em nome dos associados, pediu a renúncia da Reitora. Isso não impede que se expressem livremente os associados contrários a essa decisão. O Manifesto dos Diretores de Unidades da USP foi um apoio à Reitora. Denunciá-lo como um apoio a ações excessivas dos policiais é uma atitude absurdamente errada.”

Emma Otta  
Diretora IPUSP

**Nota da Redação** - O prazo concedido à professora não foi exíguo, pois as perguntas eram simples, de fácil resposta, e poucas (quatro). Mesmo assim, se ela tivesse procurado a Redação, o prazo poderia ser ampliado em algumas horas. Diretores de unidade, como outros detentores de cargos públicos importantes, certamente estão sujeitos a determinados ônus que são próprios do papel que exercem.

De todo modo, não deixa de ser uma coincidência notável que a “Manifestação de Docentes do IP em Apoio e Solidariedade à Diretora” tenha a data de 8/7, exatamente o dia seguinte ao envio das perguntas do *Informativo Adusp* à professora Emma.

# Professores da FFLCH discutem carreira

No dia 30/7, um grupo de professores da FFLCH organizou debate sobre a reforma da carreira docente, já levando em conta a recente definição dos critérios de avaliação. O professor Adrián Fanjul coordenou a mesa composta pelos professores Valéria de Marco e Manoel Fernandes (ambos da FFLCH) e Pablo Ortellado (EACH).

O debate foi iniciado com uma exposição sobre os novos critérios de progressão na carreira, feita pelo professor Ortellado. Em seguida, o professor Fernandes apresentou relatos e comparações entre a carreira baseada em níveis que se está tentando estabelecer na USP e a carreira das universidades federais, que tam-

bém contém progressão horizontal por níveis. Fernandes também analisou a conjuntura atual do movimento docente nacional, criticando a atuação do Proifes.

“A rígida associação entre a carreira e o exercício do poder que nós temos na Universidade de São Paulo não existe nas federais e não existe na Unesp e na Unicamp. A USP é um caso isolado, digamos, na relação carreira, estrutura de poder e estrutura salarial”, criticou a professora Valéria de Marco, que foi, durante quatro anos, representante da congregação da FFLCH no Co.

No debate, um dos principais consensos foi o de que a carreira docente deve formar o professor na institui-



Daniel Garcia

Valéria, Manoel, Adrián e Pablo no debate de 30/7

ção. A ideia de que a carreira seja aberta e tenha início no nível de mestre foi bem recebida. O presidente da Adusp, professor João Zanetic, esteve presente e informou os participantes sobre

o andamento das ações da Adusp contra a reforma da carreira.

Com duração de aproximadamente duas horas, o debate será veiculado pela TV FFLCH ([www.fflch.usp.br/scs/audiovideo.php](http://www.fflch.usp.br/scs/audiovideo.php)).

## Ignorando recurso, surgem duas propostas de avaliação

Encerraram-se, em 14/7, os trabalhos da Comissão Especial do Co responsável por definir os critérios e procedimentos para a avaliação de progressão horizontal na carreira docente — em acordo com a reforma do estatuto aprovada pelo Co.

Composta majoritariamente por membros da Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA), a Comissão Especial também contou com a participação de um representante discente e representantes de categorias docentes no Co.

Foram produzidas minutas de resolução a partir de duas propostas distintas de avaliação: uma baseada em bancas presenciais e outra em comissões e pareceres *ad hoc*. O professor Pablo Ortellado (EACH), representante dos professores doutores, participou da Comissão e conta que a divergência entre as duas propostas esteve

na base das principais polêmicas.

### Polêmica

A proposta baseada em bancas, que não obteve maioria de votos no interior da comissão, indica que a Congregação de cada unidade deveria ser a responsável pela aplicação das normas do processo de avaliação e pela determinação dos elementos de avaliação para a progressão horizontal na carreira. O memorial circunstanciado de cada professor, nessa proposta, deveria ser defendido publicamente, em banca composta por três membros. A arguição, por sua vez, deveria levar em conta todos os aspectos da atividade docente.

Já a minuta da proposta baseada em pareceres centralizaria a avaliação: ela institui a Comissão Central de Avaliação para Progressão de Nível na Carreira Docente (CCAD), cujos membros,

professores titulares ou associados de nível 3, deveriam ser indicados pelas unidades e escolhidos pelo Co. O texto também cria as Comissões Setoriais Temáticas, por área de especialidade, que examinarão os memoriais dos candidatos à progressão. Nessa proposta, três assessores *ad hoc* emitiriam parecer sujeito a aprovação nas Comissões Setoriais que deveria ser homologado pelo CCAD.

### Qualidade

Ambas as propostas baseiam a avaliação na “qualidade do conjunto das atividades do docente”; “indicadores quantitativos podem ser instrumentos de avaliação da qualidade e não o contrário”. Contudo, a proposta, defendida por alguns membros da comissão, de explicitar na redação uma avaliação exclusivamente qualitativa, foi derrotada.

As minutas foram encaminhadas pela CAA para todas as unidades da USP, bem como aos órgãos de integração e à Adusp, para que sejam analisadas e discutidas. O prazo dado pela Reitoria para o envio de sugestões e comentários (necessariamente por e-mail, para a Secretaria Geral) é exíguo: até 31/8. Após esse período, as propostas devem ser apreciadas no Co.

A diretoria da Adusp estranha que a Reitoria dê prosseguimento ao processo de reforma da carreira, ignorando recurso ao Co e mandados de segurança impetrados pela entidade pedindo a anulação da votação.

A próxima Assembleia Geral da Adusp traz a reforma da carreira como um de seus pontos de pauta. Ela acontecerá em 13/8, quinta-feira, às 16 horas, no auditório da Geografia.

## Liminar suspende efeitos da reforma

No último dia 15, o juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo concedeu liminar que suspende os efeitos da reforma do estatuto da USP no ponto carreira docente. A liminar foi concedida em um dos mandados de segurança individuais contra a decisão tomada pelo Conselho Universitário (Co) em 4/3/09. Ao todo, foram impetrados 17 mandados de segurança, sendo um coletivo e 16 individuais.

Por deliberação de sua assembleia, a Adusp impetrou mandado de segurança coletivo visando suspender a decisão do Co, mas esse mandado não obteve liminar favorável. A Adusp desistiu da ação coletiva, mas foram mantidas diversas ações individuais que pedem a anulação da reforma.

Os mandados de segurança apontam uma ilegalidade no processo de votação: ao tempo da reunião do Co, o representante dos professores assistentes (mestres) já possuía o título de doutor. A medida judicial também questiona a aprovação da reforma com número mínimo de votos, bem como a não realização de recontagem, sob protestos de conselheiros. Em situações desse tipo, a recontagem é uma prática recomendável, para afastar qualquer dúvida sobre a lisura dos procedimentos.

Esperamos que a decisão judicial definitiva reafirme a liminar concedida.

# Gatilho: só artifícios protelatórios?

**P**rovocou expectativa e, para alguns, até mesmo certo otimismo, a publicação no *Diário Oficial*, de fevereiro de 2006, da lista de beneficiários da ação do gatilho. Tal lista continha inúmeros equívocos, mas poderíamos supor que a Reitoria, em início de mandato, sinalizava a disposição de cumprir a decisão judicial quanto à ação do gatilho (v. [www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br)). Afinal, a sentença é definitiva — não há mais possibilidade de recursos por parte da USP — e, a cada mês que passa, além da correção monetária, a dívida da universidade cresce em 0,5% devido à multa judiciária. Ledo engano de quem acre-

ditou no respeito à justiça, na responsabilidade e no bom-senso da direção da universidade!

Mais de três anos se passaram. Durante esse período, a Adusp, paralelamente às providências jurídicas que tomou, trabalhou intensamente para que a Reitoria produzisse a lista de beneficiários e cumprisse aquilo que a justiça determinou: (a) incorporar aos vencimentos dos beneficiários um reajuste de 32,96%; (b) pagar aos mesmos beneficiários as diferenças de vencimentos decorrentes do item anterior desde 1988; (c) pagar, com as devidas atualizações, os montantes correspondentes aos gatilhos não pagos

no segundo semestre de 1987 e os pagos com atraso no primeiro semestre de 1987. Em outubro de 2008, cumprindo prazo judicial, a administração da USP entregou ao juiz a lista de beneficiários. A Adusp novamente apontou falhas na lista e, em janeiro de 2009, a Reitoria enviou à justiça um complemento à lista de outubro. Finalmente havia uma relação incontroversa com mais de três mil nomes. As questões sem concordância deveriam ser decididas em separado. Em sua manifestação ao juiz, de 19/01/2009, a Adusp solicita que a justiça inste a universidade a cumprir a *obrigação de fazer*, ou seja, a de reajustar

os vencimentos dos beneficiários em 32,96%, como consta na sentença.

A Adusp solicitou ainda, judicialmente, e também diretamente à Reitoria, que a administração forneça a lista dos excluídos e os respectivos motivos. Até hoje não fomos atendidos. Um ofício que enviamos à reitora, em fevereiro deste ano, pedindo o agendamento de reunião para tratar do gatilho, não foi sequer respondido. Devemos lembrar que a Reitoria ao invés de dialogar com a Adusp, tentou tumultuar o processo, enviando, em abril de 2009, a alguns professores, uma carta que não esclarecia nada, ao

contrário, suscitava dúvidas e confusão. E, depois disso, novo silêncio! A postura da administração da universidade, postergando decisões (em manifestação ao juiz, solicitou mais prazo para apresentar comprovações de litispendência), tem gerado muitas e fortes manifestações de indignação por parte de professores.

Esta gestão tem ainda alguns meses de vida. Vai tentar resgatar sua credibilidade procurando agir de forma responsável ou, ao contrário, vai continuar usando de artifícios protelatórios que explicitam seu desrespeito, não apenas a trabalhadores da USP, mas também à justiça?

## 54º Conad reforça luta em defesa da educação pública e da carreira com dedicação exclusiva

Realizou-se em Curitiba, entre 16 e 19/7, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o 54º Conselho do Andes-SN (Conad), que contou com a participação de 55 seções sindicais, 50 delegados e 100 observadores. Formaram a delegação da Adusp os professores João Zanetic (IF), como delegado, Sérgio Souto (FZEA), César Minto (FE) e Francisco Miraglia (IME), observadores. Também participou a professora Líghia B. Matsushigue, na condição de diretora regional do Andes-SN.

“O Conad é feito para atualização dos planos de metas do Congresso do Andes e esse objetivo foi plenamente alcançado. Tiraram-se deliberações importantes, principalmente na questão central da defesa da carreira: a reafirmação da uni-

dade entre ensino, pesquisa e extensão”, comenta o professor Sérgio Souto.

Um dos assuntos mais debatidos, em razão da decisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) de rediscutir a dedicação exclusiva, foi a carreira única. “Houve muitas intervenções contrárias a qualquer modificação que venha a dissociar ensino, pesquisa e extensão, e contra as gratificações. A proposta de carreira única do Andes-SN, uma idéia antiga, está sendo reformulada”, informa o professor. “A proposta do GT Carreira foi polêmica, será remetida às ADs e apresentada no próximo congresso do Andes-SN”.

Outro assunto polêmico: se o Andes-SN deve ou não participar da Conferência Nacional de Educação. “Algu-

mas pessoas defenderam a participação, mas ganhou a não participação. A recomendação aprovada é de que ninguém participe na condição de representante do Andes, ninguém está autorizado a falar em nome da entidade na Conferência”, explica Souto.

### Barrar a reforma

Sistematizadas em apresentação da professora Líghia Matsushigue, as propostas de reforma universitária em tramitação no Congresso também foram objeto da atenção do Conad. “Em linhas gerais, esses projetos querem desregular o pouco de regulamentação que existe”, resume Souto.

Uma das principais deliberações do 54º Conad foi a retomada da Frente de Luta

contra a Reforma Universitária. Segundo a Carta de Curitiba, “o Andes-SN envidará todos os esforços para barrar a reforma universitária que tramita no Congresso Nacional, convocando todos os docentes para o combate ao modelo privatizante e mercantil embutido nessa proposta de reforma”, sendo “tarefa urgente articular as entidades sindicais, acadêmicas, estudantis e os movimentos sociais para definir eixos comuns em defesa da educação pública (com base no PNE-proposta da sociedade brasileira), que possam subsidiar a construção de jornadas nacionais de luta em 2009”.

Assim, impõe-se “buscar a rearticulação da Frente de Luta contra a Reforma Universitária e discutir, especialmente com o movimento

estudantil combativo, as formas de enfrentamento para impedir a aprovação da reforma universitária, que ameaça seriamente a educação superior pública em nosso país”.

A Carta também reitera o combate ao uso do ensino à distância na formação inicial, “pelo cunho reducionista e de aligeiramento dos processos formativos”. O 54º Conad, afirma o documento, “apontou o uso dessa modalidade de ensino como estratégia dos governos para promover a expansão do acesso ao ensino superior com redução de investimentos, seguindo determinações dos organismos multilaterais de financiamento, com o objetivo de atender aos interesses dos empresários da educação”.